

Artigo

Viajantes naturalistas na Amazônia: olhares, relatos e invenções

Boletim Paulista de Geografia

Nº: 113

Ano: 2025



LEIDE JOICE PONTES PORTELA

Universidade Federal de Rondônia – UNIR

joice.portela13@gmail.com

PORTELA, Leide Joice Pontes. Viajantes naturalistas na Amazônia: olhares, relatos e invenções. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 1, n. 113, p. 310–326, 2025. <https://doi.org/10.61636/bpg.v1i113.3387>.

Recebido em: 31 de março de 2024

Aceito para publicação em: 31 de janeiro de 2025



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Viajantes naturalistas na Amazônia: olhares, relatos e invenções

Resumo

Este artigo investiga os relatos de viajantes que exploraram a Amazônia, uma região frequentemente vista como "selvagem" e "não civilizada". Ao longo dos séculos, cronistas, exploradores, cientistas e outros personagens criaram representações dessa região através de cartas, relatórios, relatos de viagens e outros escritos, forjando uma imagem do espaço amazônico e de seus habitantes. A partir dessas narrativas, os povos da Amazônia foram retratados por meio de estereótipos e concepções racistas, sendo vistos como bárbaros ou selvagens, em contraste com os "civilizados". A Amazônia foi, por muito tempo, um território alvo de disputa e exploração, e sua representação foi moldada para atender aos interesses dos Estados Nacionais. O artigo também analisa como a geografia e outras ciências ajudaram a construir essas percepções, reforçando uma visão colonial que justificava a dominação da região. Mesmo após séculos, a Amazônia continua a ser vista de forma estigmatizada, como uma terra virginal, rica, mas socialmente empobrecida, refletindo uma perspectiva eurocêntrica e de controle. O objetivo do estudo é entender como essas narrativas contribuíram para perpetuar a marginalização da Amazônia e de seus povos, mantendo um imaginário de primitivismo e exploração.

Palavras-chave: relatos de viagem; Amazônia; geografia

Naturalist travelers in the Amazon: looks, reports and inventions

Abstract

This article investigates the accounts of travelers who explored the Amazon, a region often seen as "wild" and "uncivilized". Over the centuries, chroniclers, explorers, scientists and other characters created representations of this region through letters, reports, travel accounts and other writings, forging an image of the Amazonian space and its inhabitants. From these narratives, the people of the Amazon were portrayed through racist stereotypes and conceptions, being seen as barbaric or savage, in contrast to the "civilized". The Amazon was, for a long time, a territory subject to dispute and exploration, and its representation was shaped to meet the interests of National States. The article also analyzes how geography and other sciences helped to build these perceptions, reinforcing a colonial vision that justified the domination of the region. Even after centuries, the Amazon continues to be seen in a stigmatized way, as a virginal, rich but socially impoverished land, reflecting a Eurocentric and control perspective. The objective of the study is to understand how these narratives contributed to perpetuating the marginalization of the Amazon and its people, maintaining an imaginary of primitivism and exploitation.

Keywords: travel reports; Amazon; geography

Introdução

Descrever paisagens, naturezas, modos de vida e culturas era hábito comum entre os viajantes naturalistas. Usar os sentidos do corpo como parte da compreensão do fenômeno, baseado no ver, sentir e ouvir, era fundamental para esses cientistas. A partir da observação, eles produziram desenhos, pinturas, mapas e ricas descrições textuais - por meio de relatos de viagem -, a exemplo de Humboldt, que descreveu diversas espécies de plantas ainda desconhecidas na Europa. Paul Claval (2012) já afirmava que era por intermédio da categoria paisagem que os viajantes, que se utilizavam da geografia, aprenderam sobre a natureza das regiões que percorreram. Pode-se dizer, assim como Sousa Neto (2000), que à medida que a geografia teve como papel descrever a natureza

de vários lugares do mundo, o modo de vida das populações e seus recortes territoriais, ela própria foi sendo produzida enquanto ciência.

A relação entre geografia e os viajantes naturalistas se apresenta de diversas maneiras, incluindo a criação do mundo, como a elaboração de cartografias sobre as potenciais riquezas naturais, imagens, representações e discursos que envolvem a construção de paisagens, lugares, territórios e as populações que compõem o mundo. Esse mundo diz respeito àquele que passamos a chamar de Novo Mundo, este descoberto, conquistado, colonizado e aos poucos, inventado. Ciência e ideologia, logo, a geografia, inexoravelmente, manteve alianças e disputas em torno da hierarquização de povos e do progresso.

No Brasil do século XIX, as viagens de exploração foram expressivas, não somente porque aconteciam em grande número, mas especialmente pela dimensão sociopolítica que marcavam as ciências. O século XIX representou mudanças, que foram significativas para os estrangeiros que quisessem executar viagens ao Brasil, ocorridas a partir de 1808, em decorrência da chegada da família real e a abertura dos portos às nações amigas. De maneira que, vários viajantes, de diversas nacionalidades, conseguiram entrar no Brasil para começar suas atividades. Nesse mesmo século nota-se mudanças nos conceitos de viagens, agora mais detidamente sob os auspícios das ciências. Este, sendo caracterizado pelo romantismo, passou a ter um enaltecimento da natureza tornando-a, ao mesmo tempo, objeto científico e ideológico. No Brasil, a natureza tornou-se emblema da nação e as viagens, com o objetivo de exploração científica, integraram o contexto político de conquista de território. As viagens significaram descobrimento de novos lugares a explorar, transformando-se em marcos de processos de colonização. (Fernández, Fernandes, 2020; Domingues, 2001)

Diversos viajantes se aventuraram na Amazônia a fim de experienciar, observar e descrever como seria a vida na parte menos “civilizada” do mapa do Brasil. De *inferno verde*¹ a *um paraíso perdido*², os naturalistas e cronistas faziam questão de exprimir, de forma genérica, suas impressões sobre a Amazônia que se resumiam em: infernal, endêmica e selvagem. A Amazônia, rota quase obrigatória, acabava possibilitando que os transeuntes criassem uma série de mitos e narrativas sobre a região

¹ RANGEL, Alberto. *Inferno verde*. Organização: Tenório Telles. 6ª edição - Manaus: Editora Valer, 2008.

² CUNHA, Euclides da. *Um Paraíso Perdido: Reunião dos Ensaios Amazônicos*. Seleção e coordenação de Hildon Rocha. Petrópolis, Vozes, 1976 (reed. sob o título *Um Paraíso Perdido: Reunião de Ensaios Amazônicos*. Sel. e coord. de Hildon Rocha. Brasília, Senado Federal, 2000).

e seus povos. As descrições textuais, apesar de ricas e detalhadas, passavam pela ótica colonialista, racista e classista de quem as escrevia.

Através dos relatos de viagem se pôde conhecer sobre povos, geografias e culturas distantes. De modo igual, por meio de tais relatos se (re) produziram representações sobre “o outro”, o diferente. Então, a escrita efetua grande parte das representações criadas sobre o espaço e seus sujeitos em diferentes tempos. Os relatos de viagem reforçam certos imaginários ao descrever uma Amazônia de natureza virginal composta por um povo repugnante e obtuso. A partir do material bibliográfico reunido para este fim, esse texto tem por objetivo discutir como a geografia e os viajantes naturalistas se relacionaram em prol de construções simbólicas a fim de manipular a percepção sobre a Amazônia.

Ao longo dos séculos, a Amazônia recebeu um grupo diverso de cronistas, exploradores, cientistas, romancistas, funcionários dos mais variados cargos etc., que entre cartas, relatórios, relatos de viagens, artigos e entre outras literaturas, acabaram por criar uma representação do espaço amazônico. Séculos depois, a Amazônia ainda continua sendo objeto de disputa, de exploração, de dominação e de um discurso que cristaliza a imagem de inculta, virginal, desconhecida, selvagem, naturalmente rica, socialmente pobre e aculturada.

Euclides da Cunha (1866-1909) dizia que “a Amazônia selvagem sempre teve o dom de impressionar a civilização distante” mesmo sendo uma “terra sem história”. Euclides, por mais que nascido no Brasil, é um dos que inculcam no imaginário coletivo brasileiro a ideia de que a Amazônia é esse lugar remoto e isolado onde a civilização não alcança. Marcada pelas heranças da colonização e da modernidade, a região amazônica reflete tudo aquilo que somente uma terra sem progresso pode oferecer: ignorância, decadência e miserabilidade. Assim a Amazônia passou a ser feita e representada nos trabalhos dos viajantes que exploraram a região, contribuindo para a permanência do exotismo que é marcante do Novo Mundo.

Através das descrições detalhadas das paisagens, acompanhadas de observações pessoais imbuídas de ideologias dominantes da época, foi possível construir representações do “outro” associadas a um ambiente de savagismo e primitivismo. A invenção dessas Amazônias se incrustou não apenas no senso comum do país, mas também na ciência. A ciência ainda é território dos geniais homens brancos.

Esses relatos de viagens são um legado inestimável para o entendimento do nosso passado, especialmente se considerarmos que o que fomos durante vários séculos, e em certo sentido ainda somos, pelos resquícios encontrados na atualidade, constructos do que viram e interpretaram, à sua maneira etnocêntrica, os viajantes europeus e até mesmo brasileiros que pensavam como europeus. Fomos inventados pelos relatos dos viajantes. Relatos estes reforçados pelos teóricos iluministas e assegurados pelo cientificismo do século XIX. (Souza Filho, 2012).

Neide Gondim (1994) destaca que os viajantes se sentiam agraciados pela natureza com a possibilidade de repetir o ato genesíaco de nomear e descobrir seres, plantas, insetos e rios novos. No geral, a população nativa era um estorvo. O olhar eurocêntrico do europeu combinava com a idealização que se encontrava impressa nos diários de viagens dos que os antecederam, normalmente lidos, frequentemente endossados e citados como fontes fidedignas. Raríssimas são as críticas; acontecendo, referem-se, geralmente, a temas periféricos, os centrais são conservados, recebendo pouca ou nenhuma contestação.

Domingues (2001) ao discutir as viagens científicas do século XIX reconhecidas como descobrimentos científicos, traz uma análise do caso ocorrido no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). A história do IHGB, criado em 1838, perpassa o objetivo de construir o imaginário da identidade nacional, coincidentemente, nesse mesmo período, o governo imperial fomentou uma política de exploração do interior desconhecido do país e as viagens de conquista e de exploração científica passam a ganhar força ideológica e política. Para Domingues (2001), as viagens científicas, no Brasil, deram forma à exploração econômica da natureza e corpo a ideologia da nação, “eram, ao mesmo tempo, ideologia e prática de uma política que justificava o empreendimento como instrumento de expansão e afirmação do Estado nacional” (p. 57). No século XIX, as ciências, por meio da botânica, da zoologia, etnografia, geologia e da geografia, deram sustentação e se desenvolveram no processo político de consolidação e afirmação do estado-nação brasileiro, no qual estava inscrito o propósito do IHGB.

Olarte (2004) destaca que desde o século XVI, as técnicas de representação geográfica, as descrições e as ilustrações da natureza se têm permitido a mobilização, a domesticação e a construção do Novo Mundo. Tudo foi possível na medida em que a Europa se constituiu como centro, como modelo histórico e cultural da nova ordem mundial. Nas imagens cartográficas, crônicas e textos literários, encontramos diversas paisagens que narram o encontro da Europa com a Amazônia. Para o autor, a noção de descobrimento do Novo Mundo foram centrais para a construção da ideia de ciência

moderna. A qual, por sua vez, foi fundamental na consolidação da Europa como motor da história do mundo moderno.

Os viajantes, sejam europeus ou brasileiros, saíram em excursão com a finalidade de conquistar o interior do Brasil e alargar as fronteiras, explorando as riquezas vegetais e minerais do país, daí a importância dos registros das paisagens, das localizações, dos mapas e etc. Sousa Neto (2000) afirma que era com base nas informações dos cronistas/viajantes que as decisões geopolíticas eram tomadas. Por sua vez, tais decisões imprimiam ao trabalho dos geógrafos-cartógrafos um papel importante na delimitação de fronteiras, no arranjo dos limites naturais, nos desenhos do território e nas concepções que se faziam sobre eles.

Tal era o trabalho dos cronistas, que muitas das informações contidas nas crônicas continuavam sem ser cartografadas e muitos mapas eram, como ainda hoje são, de uso restrito do Estado. Por isso, os mapas são armas no processo de dominação territorial e, ao mesmo tempo, representam construções ideológicas altamente eficientes, porque, para muitos, os mapas parecem sempre representar com fidelidade o real. Na verdade, os mapas são formas de ler o mundo, mas não são o mundo. (Sousa Neto, p. 10, 2000)

Ciências, como a geografia, por meio de seus atributos teóricos e práticos, ofereceram lisonjeiros recursos para que os povos considerados inferiores pudessem tornar-se menos incivilizados. Não havia outras civilizações, outros modos de vida, ou outros conhecimentos, apenas o modo colonial de ser, saber e fazer. A ciência realizada por meio das viagens de exploração contribuiu para a consolidação capitalista através da ideia de civilização e progresso.

A ideia de civilização era um princípio epistemológico do pensamento iluminista, bastião da expansão capitalista, desde o final do século XVIII. A ideia de progresso embutida na de civilização era incompatível com a escravidão, mas não era com a exploração econômica da natureza. Daí a importância das ciências naturais nesse contexto em que viagens eram o meio de concretizar o progresso civilizador e meio de colonizar. O conhecimento estava a serviço da colonização/civilização. (Domingues, p. 70, 2001)

A história da ciência e, logo, da geografia, teve, desde o início, uma grande ligação com o projeto de consolidação da modernidade que não se descola do projeto de formação dos Estados Nacionais. Assim, a lógica colonial de descobrimento se reatualiza a partir do Estado. Hobsbawn (1996), ao se referir ao século das luzes, declara que a ciência era o centro daquela ideologia secular de progresso, pois a sociedade burguesa desse período era confiante e orgulhosa de seus sucessos. Para o autor, em nenhum outro campo da vida humana isso era mais nítido que no avanço do conhecimento, da “ciência”. Homens cultos deste século não estavam apenas envaidecidos e orgulhosos de suas ciências, mas preparados para subordinar todas as outras formas de conhecimento a elas.

A geografia já foi definida como o estudo descritivo da paisagem (Moreira, 2014) e de certa forma, um dos efeitos disso foi o estabelecimento de uma relação particular de conhecimento/poder que se refletiu sobre a ação de descrever e detalhar paisagens, sejam elas paisagens naturais ou paisagens culturais, como Carl Sauer as diferenciava. A Geografia se fez presente em todas as etapas e processos das viagens exploratórias, especialmente no desenvolvimento da descrição, análise e interpretação das paisagens nos relatos de viagens. As paisagens são utilizadas tanto para descrever as qualidades físicas das áreas e as formas de uso, quanto apresentar a estética dos povos ditos primitivos, suas territorialidades pouco civilizadas e seus hábitos de baixo valor moral. As paisagens, narradas textualmente, perpassam por relações de poder.

As formas de poder se apresentam de muitas formas ao longo dos séculos, algumas delas se perpetuam na sociedade com o mesmo *modus operandi*. Uma dessas formas versa com o poder de forjar o imaginário e a percepção sobre os territórios amazônicos e as suas populações. Paulatinamente, através dos relatos de viagens, os sujeitos amazônicos foram sendo criados a partir de estereótipos violentos, de mitos, de concepções racistas e preconceituosas que hierarquizam grupos humanos em bárbaros, selvagens e civilizados. Esse tipo de poder, de criar o “outro”, faz parte de um conjunto de práticas adotadas pelos viajantes, apoiados pela ciência e pelos Estados nacionais que viam a possibilidade de manter e expandir seus poderes.

Assim como Raffestin (1993), entendemos o poder como parte intrínseca de toda relação, que visa o controle e a dominação sobre os humanos e sobre as coisas. Na clássica obra de Raffestin, o autor compreende o poder a partir da ambiguidade entre “Poder” e “poder”. O “Poder” se refere ao poder institucionalizado, formal, exercido por governos, instituições e autoridades reconhecidas, sendo mais fácil de perceber a sua manifestação, pois é visível, maciço e identificável. Por outro lado, o “poder”, com letra minúscula, é mais abrangente, incluindo formas de influência que podem não ser formalizadas, como o poder social e cultural exercido por grupos e indivíduos. Esse “poder” é aquele que não se vê, ou seja, o mais perigoso. O “poder” torna-se perene, pois não é visível, portanto, é consubstancial com todas as relações.

Corroborando com Raffestin, Bourdieu (1998) também parte do pressuposto de que o poder está em toda parte, entretanto, é necessário descobri-lo onde ele menos se deixa ver; onde ele é completamente ignorado. O poder simbólico, conceito trabalhado por Bourdieu, diz respeito à capacidade de influenciar e controlar as percepções, crenças e comportamentos das pessoas através do uso de símbolos, linguagens, rituais e outros recursos culturais. Esse tipo de poder,

também invisível, é exercido de forma mais sutil do que o poder político ou econômico. Em última instância, os relatos de viagens também são produções simbólicas que mantêm relações de poder entre “nós” e “eles”, o europeu e o selvagem. Segundo Olarte (2004) a dicotomia entre o civilizado e o selvagem, entre a cultura e a natureza, entre a ciência e o objeto é uma divisão histórica construída pelo ocidente para diferenciar-se dos outros, reafirmando sua condição de conquistar e seu destino imperial.

A VISÃO DOS VIAJANTES EUROPEUS SOBRE A AMAZÔNIA

Spix e Martius

Johann Baptist Von Spix (1781-1826) e Carl Friedrich Philipp Martius (1794-1868), ambos alemães, estão entre os mais famosos naturalistas que já viajaram pelo Brasil. Spix e Martius realizaram uma exploração que ficou conhecida como expedição austríaca, pelos objetivos políticos que ela tinha.

O imperador Maximiliano I do reino da Baviera recebia relatórios de Spix e Martius sobre suas expedições, pois as motivações dessas viagens iam além da busca por conhecimentos científicos em prol da humanidade. Os bávaros, ao explorarem a Amazônia, utilizavam a geografia e a etnografia para enriquecer seus diários de viagem, coletando materiais, artefatos, espécimes e informações sobre locais. Além disso, contribuíam para a construção de uma imagem da Amazônia repleta de paisagens exóticas, habitada por povos retratados como ignóbeis.

A obra *Viagem pelo Brasil*, dividida em vários volumes, se dedica a desbravar as terras tão pouco conhecidas pelo Velho Mundo. Spix e Martius, registram toda e qualquer longitude e latitude, seja um vilarejo seja uma aldeia indígena. Além de traduzir palavras de dialetos das diversas línguas maternas, eles expunham o funcionamento do comércio local e o melhor período para a navegação nos rios amazônicos, devido ao período de vazante que compromete a circulação nos rios.

A cosmovisão indígena que compreende os seres da natureza imbuídos de poderes divinos e espirituais, a exemplo da Boiúna, a cobra grande que habita o fundo das águas que assume a forma de uma mulher, também é descrita por Spix e Martius, entretanto, é tida enquanto uma “fantasia sonhadora da raça desses homens”. Spix e Martius diziam que “o índio com sua alma sombria e tenebrosa” tornava tudo uma mera fábula, como crianças que inventam histórias, tanto que eles aconselhavam os viajantes a se atentarem e não acreditarem nas tais lendas.

A “índole selvagem e volúvel” dos indígenas e caboclos da Amazônia são expressadas por Spix e Martius através dos hábitos alimentares e culturais desses povos, como o uso farto da mandioca, que são interpretados por eles como sinônimo de pobreza e miserabilidade, uma vez que esses povos representam o mais “baixo estado de cultura”.

Figura 1 – indígena da etnia Mura representado por Spix e Martius

Mura. Constituem os muras numerosa tribo, de gênio traiçoeiro, sempre em guerra com a maioria das outras tribos. Habitam as margens do rio Madeira. Desfiguram-se, fazendo buracos nos beijos, onde metem dentes de porco.



Fonte: Spix e Martius, *Viagem pelo Brasil*, 1820.

Durante sua passagem pelo município de Santarém, no Estado do Pará, Spix e Martius adquiriram um amuleto de jadeíta de grande importância para a antiga e complexa civilização indígena Tapajós. Conhecido como Muiraquitã, o amuleto, uma pedra verde com diversos formatos, era tradicionalmente usado pendurado no pescoço e mantinha um valor significativo entre as sociedades indígenas do Baixo Amazonas. Não é surpreendente que os viajantes só tenham conseguido permutar o colar uma única vez, já que os indígenas se mostraram irredutíveis diante de qualquer proposta de troca.

O Muiraquitã, inicialmente um amuleto valioso para as sociedades indígenas da região, gradualmente foi incorporado ao universo mitológico das guerreiras Amazonas, uma criação dos viajantes que alimentou o imaginário europeu sobre uma Amazônia idealizada e mítica.

Considerado um objeto de desejo no Velho Mundo, Spix e Martius levaram o Muiraquitã para o Museu Etnográfico de Munique.

Como resultado dessa experiência científica reuniu-se muitos espécimes da natureza, produzindo uma iconografia única, recolhendo objetos da cultura material de diversos povos e etnias indígenas, possibilitando a criação de um acervo brasileiro que hoje é preservado pelas instituições de Munique. Em verdade, artefatos saqueados e nunca devolvidos aos seus donos de direito.

O que chama atenção no acervo de Spix e Martius, além dos diamantes, plantas e animais raros, artefatos indígenas roubados ao longo do percurso da Amazônia, é o que eles chamam de “peças vivas de museu”. Em conjunto com todo o material recolhido, levaram quatro indígenas para Munique, sob o argumento de quererem peças vivas para o gabinete. Exibidos, analisados, testados e dissecados, os indígenas enquanto “peças vivas”, eram (ou ainda o são?) compreendidos como meros objetos à ciência europeia.

Henri e Octavie Coudreau

Henri Coudreau (1859-1899) foi um geógrafo francês que realizou diversas missões sob o comando do governo francês, até ser incumbido pelo governador do Pará para uma missão científica no rio Tapajós. Partiu para a capital do Estado em 28 de julho de 1895, produzindo sua última obra, ao falecer antes de concluir a expedição. Um dos objetivos oficiais de suas expedições foi a cartografia dos rios amazônicos, a expressão máxima disso se apresenta nos títulos dos seus diários, onde todos são denominados pelos nomes dos rios. Henri publicou vários desses seus relatos de viagem em boletins da Société de Géographie de Paris, com uma iconografia de mapas e imagens da Amazônia.

Henri Coudreau e sua esposa, Octavie Coudreau (1867-1938), também geógrafa e exploradora, viajaram juntos a serviço do governo do Pará de 1883 a 1899. Após a morte de Henri, Octavie continuou sozinha as expedições, produzindo a obra *Voyage au rio Curuá* (1900), na qual descreve seu encontro com os quilombolas de Pacoval, no município de Alenquer, Estado do Pará. Nesse relato, Octavie expressa, mais uma vez, a perspectiva etnocêntrica e racista que o casal compartilhava. O trabalho dos Coudreau consistia em cartografar o potencial natural e produtivo da região, dedicando grande parte de seus relatos a fornecer informações estratégicas sobre os recursos naturais e, ao mesmo tempo, depreciar os grupos humanos das sociedades por onde passaram. Na obra citada, Octavie descreve:

Os mocambeiros não respeitam e não reconhecem nada; eles não querem trabalhar e não sabem obedecer. Não podemos nem mesmo dizer que são simples crianças que não sabem conduzir a própria existência, são seres viciosos e nocivos, eles são inúteis do ponto de visto do valor social. (p. 15)

Octavie Coudreau utiliza o termo “mocambeiros” para se referir aos moradores do mocambo, uma designação anterior para quilombo. Os mocambeiros do Curuá, hoje conhecidos como quilombolas do Pacoval, são descritos por ela de maneira depreciativa, sendo considerados ingênuos, mas ao mesmo tempo insolentes e imbecis. Segundo Octavie, os quilombolas seriam “degenerados” que vivem da preguiça e da embriaguez, pessoas que, segundo sua visão, “retornaram ao estado selvagem e à barbárie”.

O que Octavie Coudreau não imaginava era que, ao criticar a dinâmica de territorialização dos quilombolas, considerando-a imprópria e desordenada, ela ouviria deles: “A terra é nossa e nós somos livres para fazer tudo o que quisermos, nós não damos ouvidos a quem quer que venha nos ditar ordens”. Para Octavie, tudo o que havia de medíocre e feio residia no mocambo do Curuá; já para Henri Coudreau, a penúria e a inferioridade estavam entre os indígenas e caboclos.

Henri e Octavie Coudreau, em seus relatos, frequentemente destacavam a apatia e a preguiça atribuídas aos indígenas e outros povos da Amazônia. Essa constante afirmação é curiosa, especialmente considerando que eram esses mesmos povos — indígenas, quilombolas e caboclos — que desempenhavam os papéis mais essenciais para o sucesso das expedições. São eles que remavam e guiavam pelas águas dos rios amazônicos, sendo detentores do conhecimento local; que carregavam os mantimentos e os materiais de pesquisa. Em outras palavras, eram esses grupos que garantiam a viabilidade e o êxito das expedições.

Voyage au Xingú (30 maio 1896 - 26 outubro 1896), *Voyage au Tapajós* (28 julho 1895 - 7 janeiro 1896), *Voyage au Rio Branco* (maio 1884 - abril 1885), *Voyage au Tocantins-Araguaya* (31 dezembro 1896 - 23 maio 1897) e *Voyage à Itaboca et à l'Itacayuna* (1 julho 1897 - 11 outubro 1897) são obras grandiosas pela imensa quantidade de dados produzidos, coletados e expostos pelos Coudreau. Nos relatos dessas expedições, os rios até então desconhecidos foram meticulosamente cartografados, e os Coudreau analisaram não apenas a dinâmica hidrográfica, mas também os aspectos sociais, culturais e econômicos que interagem e circulavam ao longo desses cursos d'água.

Figura 2 - Estatística geral da população do Tapajós

<i>Viagem ao Tapajós</i>		239
ESTATISTICA GERAL		
DA		
POPULAÇÃO DO TAPAJÓS		
ACIMA DE ITAITUBA		
<hr/>		
Civilizados das margens do Tapajós . . .	1.080	
Civilizados das margens do alto Tapajós .	73	
Civilizados das margens do São Manoel .	152	
Civilizados do interior	1.680	
TOTAL DE CIVILISADOS	2.985	
Índios Mundurucús	1.460	
Índios Apiacás	100	
TOTAL DE ÍNDIOS	1.560	
TOTAL GERAL	4.545	

Fonte: Henri Coudreau, *Viagem ao Tapajós*, 1896.

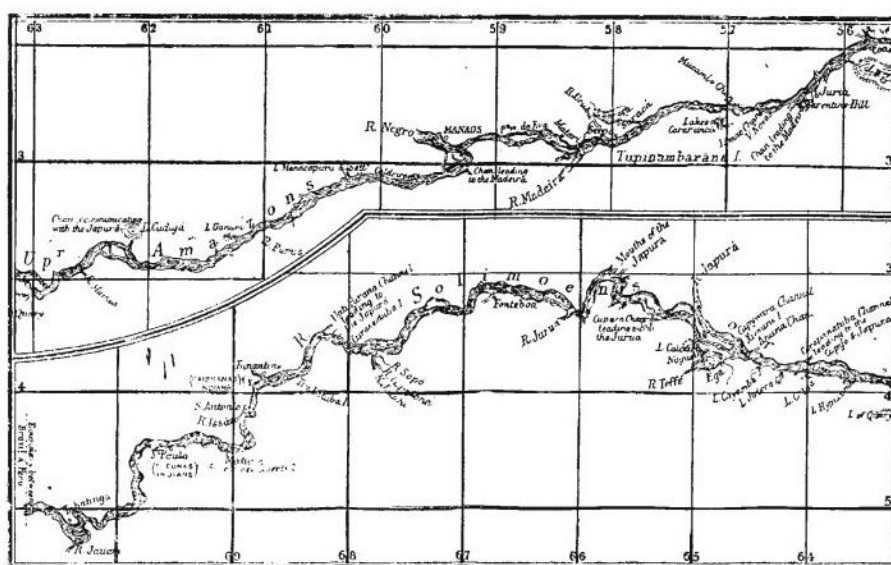
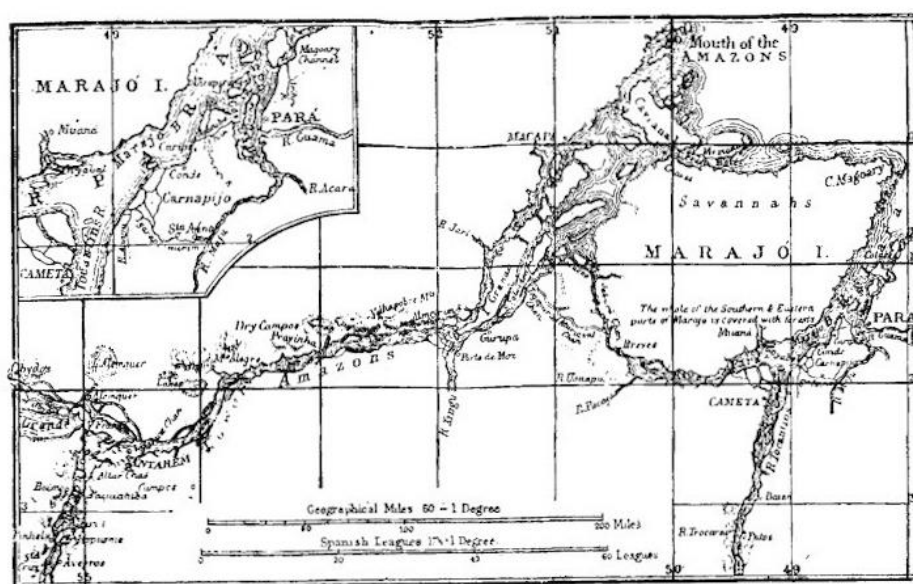
No percurso de Belém a Santarém, "entre civilizados e indígenas", Henri Coudreau sempre destacava os atributos naturais da região e sua potencialidade para o progresso e o desenvolvimento. Ele via a população dos arredores de Santarém como "ingênua e infantil", refletindo um dos imaginários míticos que se cristalizaram nas sociedades sobre o sujeito amazônico. Em suas obras, os Coudreau perpetuavam o discurso do vazio demográfico, onde a Amazônia era descrita como um território com excesso de terras — que deveriam ser ocupadas — e uma população escassa. Nesse contexto, a Amazônia era vista como um lugar de fácil dominação, pois, segundo a visão dos Coudreau, sua gente era infantil, sem valor, miserável e manipulável, contribuindo para a construção de uma narrativa que justificava a exploração e colonização da região.

Henry Walter Bates (1825-1892), naturalista inglês, deslocou-se ao norte do Brasil entre 1848 e 1859, realizando explorações sobre a história natural, especificamente na área da entomologia. Durante os 11 anos que passou na Amazônia, coletou mais de 14 mil espécies, das quais cerca de 8 mil eram inéditas para a ciência europeia, tornando sua presença essencial nos grandes círculos científicos ingleses. Sua obra *O naturalista no rio Amazonas*, publicada em 1863 e traduzida para o português em 1944, representa a construção de uma narrativa que coloca os sujeitos amazônidas como seres incivilizados, selváticos e agressivos.

Henry Bates lamenta que “era quase impossível conseguir empregados em Santarém; a população livre era muito orgulhosa e não se dispunha a trabalhar”, pois para ele, os habitantes da recém-descoberta Amazônia não deveriam ter o direito de fazer escolhas ou valorizar seus próprios princípios, sendo obrigados a submeter-se à inigualável presença do explorador europeu. A recusa em colaborar com ele o magoou profundamente, e sempre que tinha oportunidade, destacava a “insolência” desse povo.

Além dos registros que Bates fez sobre a fauna e a flora, ele também nos fornece informações sobre a miscigenação da Amazônia e sobre como se dava a dinâmica urbana de socialização nas cidades amazônicas do século XIX. Segundo ele, “poucos índios vivem na cidade; esta é muito civilizada para eles, e a classe inferior é composta (além de alguns escravos) por mestiços, sendo o sangue negro predominante”. Bates observa que, a essa altura, os amazônidas, já considerados “impuros”, demonstravam hostilidade em relação aos europeus ibéricos. O autor acrescenta que “nos arredores de Santarém, os índios, ao que tudo indica, haviam sido originalmente hostis aos portugueses”.

Figura 3 e 4 – Mapa da viagem de Bates, elaborado pelo próprio autor.



Fonte: Henry Bates, *O naturalista do rio Amazonas*, 1863.

No mesmo contexto, ao se referir às heranças da sociedade indígena dos Tapajós, Bates afirma: “Já não se conhece o nome da tribo nas redondezas, mas é provável que seus descendentes ainda habitem as margens do baixo Tapajós: um ódio tradicional aos portugueses os tem mantido entre os habitantes semicivilizados até o presente momento”. O arquétipo do indígena ingênuo, que se deixara enganar por um espelho e permanecera passivo e dócil, se desfaz nos relatos de viagem de Henry Bates. Ao introduzir a ideia de “semicivilizados”, associando-a à agressividade e vilania, Bates constrói a imagem de um ser primitivo, um animal exótico tomado pela irracionalidade. No entanto,

também torna evidente que esses povos nunca se mostraram compassivos aos horrores impostos pelos portugueses e mantiveram-se aguerridos.

Ao chegar à aldeia de Alter do Chão, no Estado do Pará, Bates descreve o local como “um lugar abandonado e açoitado pela miséria”, mas também menciona que encontrou diversos tipos de madeiras raras, que, salvo engano, nenhuma outra parte da Inglaterra possuía. Para ele, Alter do Chão, “como em todas as aldeias semicivilizadas, onde se perderam os hábitos ordeiros e trabalhadores dos índios, sem que nada aprendessem com os brancos que os melhorassem, vive a população na maior pobreza”. Sobre os indígenas do Amazonas, Bates declara:

O temperamento fleumático e apático, a frieza de desejo e embotamento de sensibilidade, a falta de curiosidade e o baixo grau de inteligência fazem dos índios amazonenses companheiros muito desinteressantes. Sua imaginação é de qualidade obtusa e obscura, e nunca aparecem abalados pelas emoções: - amor, piedade, admiração, medo, espanto, alegria, entusiasmo. Tais são as características de toda a raça. (Bates, 1944, p. 155)

Bates construiu imagens pejorativas, preconceituosas e cruéis sobre os povos da Amazônia, tratando-os como uma única raça desprovida de qualquer traço de humanidade. Predominam, em sua descrição, aspectos negativos e animalescos, que reforçam a visão de exotismo e selvageria associada à Amazônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatos de viagem de Spix e Martius, Henri e Octavie Coudreau e Henry Bates, todos pertencentes ao século XIX, são de indiscutível originalidade. Além da grande quantidade de registros fornecidos em suas obras, os viajantes nos apresentam diversas perspectivas subjetivas sobre os lugares visitados. A Europa, enquanto berço da civilização, da ciência e do progresso, se reflete de maneira clara nas obras e nos olhares desses viajantes. Não é por acaso que os povos da Amazônia — indígenas, caboclos e quilombolas — são retratados como pertencentes ao nível mais baixo cultural e social. A Amazônia, assim, é descrita como habitada por selvagens, semicivilizados e bárbaros, variando da ingenuidade e infantilidade à hostilidade e monstruosidade, o que constrói um imaginário de primitivismo, estupidez, ferocidade, preguiça e pobreza.

Em última instância, a construção dessa percepção sobre a Amazônia está diretamente ligada ao discurso de conquista e às relações de poder envolvendo as ciências, como a geografia, e os Estados Nacionais. Isso porque os próprios governos contratavam os viajantes para realizar expedições, descobrir novas naturezas e povos, e localizar riquezas naturais, entre outras coisas.

Dessa forma, também se entende que a Amazônia sempre foi vista como a última fronteira, um território considerado vazio e constantemente disponível para o uso e a apropriação de seus recursos. Além disso, grandes porções da Amazônia brasileira foram descobertas e inventadas por viajantes exploradores. Eram eles os descobridores e os povos amazônicos, os descobertos, repetindo aquela velha história de dominação, em que lugares como a Amazônia são considerados sem história e seus povos sem cultura.

No que diz respeito à geografia, uma ciência que, por séculos, caminhou lado a lado com grandes projetos que visavam o progresso da humanidade, encontramos um movimento que resiste em um subcampo marginal. Existe uma geografia que faz uma leitura da história a contrapelo, permitindo analisar e expor as narrativas eurocêntricas, etnocêntricas e racistas que, por séculos, estigmatizaram nosso povo. Essa geografia nos oferece a possibilidade de, com olhos sensíveis, perceber os símbolos de poder criados para forjar um imaginário sobre a Amazônia. É necessário desconstruir as percepções manipuladas, os imaginários inventados e rasgar as imagens de controle que, secularmente, vincularam o território amazônico e sua população a uma visão distorcida.

Referências

BATES, Henry Walter. **O naturalista no Rio Amazonas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. - 2. ed. - Rio de Janeiro, Bertrand, 1998.

COUDREAU, Henri Anatole. **Viagem ao Tapajós: 28 de julho de 1895 - 7 de setembro de 1896**, Biblioteca Digital de Obras de Raras, Universidade do Rio de Janeiro, Editora Nacional, 1941. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/292/1/208%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>

COUDREAU, Octavie. **Viagem ao rio Curuá**. Tradução de Sheila Maria dos Santos - Universidade Federal de Santa Catarina / Clarissa Marini - Universidade de Brasília. Caderno de Tradução, Florianópolis, v. 42, 2022.

CUNHA, Euclides da. **Um Paraíso Perdido: Reunião dos Ensaios Amazônicos**. Seleção e coordenação de Hildon Rocha. Petrópolis, Vozes, 1976 (reed. sob o título Um Paraíso Perdido: Reunião de Ensaios Amazônicos. Sel. e coord. de Hildon Rocha. Brasília, Senado Federal, 2000.

CLAVAL, Paul. **A paisagem dos geógrafos**. In: Geografia Cultural: uma antologia (1) / Org.: Roberto Lobato Correa, Zeny Rosendahl.- Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

DOMINGUES, Heloisa M. Bertol. Viagens científicas: descobrimentos e colonização no Brasil no século XIX. In: **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. / Orgs: Alda Heizer, Antonio Augusto Passos Vieira, Rio de Janeiro: Acess, 2001.

FERNÁNDEZ, Adrián Padilla; FERNANDES, Maria Luiza. Amazônia como narrativas (escritos de viagens e a escrita da história). In: **Sobre viagens, viajantes e representações da Amazônia** / Orgs: Maria Luiza Fernandes, Fábio Almeida de Carvalho, Sheila Praxedes Pereira Campos, Editora da UFRR, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. - Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. - São Paulo: Marco Zero, 1994.

HOBBSBAWN, Eric. **A era do capital**, 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MOREIRA, Ruy. **O discurso do avesso: para a crítica da geografia que se ensina**. - São Paulo: Contexto, 2014.

OLARTE, Mauricio Nieto. La comprensión del Nuevo Mundo: Geografía e historia natural en el siglo XVI. **El Nuevo Mundo: Problemas y debates**. Bogotá: Universidad de los Andes, 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Série Temas, vol 29, Geografia e política. Editora África S.A, São Paulo, 1993.

SAUER, Carl O. Morfologia da paisagem. In: **Geografia Cultural: uma antologia (1)** / Org.: Roberto Lobato Correa, Zeny Rosendahl.- Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

SOUZA NETO, Manoel Fernandes de. A ciência geográfica e a construção do Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, 200.

SOUZA FILHO, Durval. “Ciência e Arte nas fotografias de viajantes na Amazônia no século XIX”. **História, comunicação, biodiversidade na Amazônia**. Organizado por Malcher, Maria Ataíde; Marques, Jane Aparecida; De Paula, Leandro Raphael. São Paulo: Acquerello, 2012.

SPIX, J. B. von e MARTIUS, C. F. Ph. (1938) **Viagem pelo Brasil (1817- 1820)** Vol. I. Edições Senado Federal, Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer, Brasília, 2017.

SPIX, J. B. von e MARTIUS, C. F. Ph. **Viagem pelo Brasil Vol. III**. Edições Senado Federal, Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer, Brasília, 2017.